

A visão do centauro: hegemonia e o lugar do Oriente em Gramsci

Roberto Ciccarelli

Como citar: CICCARELLI, Roberto. A visão do centauro: hegemonia e o lugar do Oriente em Gramsci. *In* : ROIO, Marcos Del (org.). **Marxismo e Oriente** : quando as periferias tornam-se os centros: Oficina Universitária; São Paulo: Ícone, 2008. p.269-295. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-274-0962-9.p269-295>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A VISÃO DO CENTAURO: HEGEMONIA E O LUGAR DO ORIENTE EM GRAMSCI³¹³

Roberto Ciccarelli

Pesquisador da International Gramsci Society

I Introdução

A contribuição fornecida por Antonio Gramsci aos estudos estratégicos e políticos deve ser ainda encarada de maneira sistemática. Os sinais recorrentes no Q 13, no momento de enfrentar a questão fundamental do partido político e com ela a hereditariedade daquele “livro vivo” que é o *Príncipe* de Nicolò Machiavel, espelham precedentes configurações presentes no Q 3 sobre *Americanismo e fordismo* e no Q 11 sobre *Filosofia della práxis*. Este trabalho pretende todavia oferecer uma configuração orgânica do discurso gramsciano sobre a estratégia a partir de alguns dos seus artigos juvenis, particularmente aqueles publicados no ON, porém sem

³¹³ *Legenda. I Quaderni del carcere*, voll. I-IV, Einaudi, Torino 1975 serão indicados com Q. *L'ordine nuovo (1919-1920)*, Einaudi, Torino 1955 com ON.

deixar a parte outros tipos de fontes. Procuraremos assim conectar fatores heterogêneos de um ponto de vista cronológico e chegar à definição de uma teoria da alternância das hegemonias históricas. Em modo particular, procuraremos definir quais são as modalidades políticas através das quais uma hegemonia histórica (a potência de um Estado, como escreve Gramsci) se afirma em uma conjuntura particular.

A teoria gramsciana das relações internacionais é de natureza sistêmica. Cada hegemonia reduz significativamente o caos sistêmico produzido pela relação de forças presentes em um determinado cenário geo-histórico. Pode-se afirmar que uma teoria da hegemonia tende a regular o uso de violência militar através da economia, da política e da ideologia. A guerra é pensada como ato político extremo, uma vez verificada a impossibilidade de resolver os conflitos através da "decisão", seja política, econômica ou ideológica. Em termos gramscianos se pode definir a guerra como uma "lógica da destruição", os três momentos da decisão como uma "lógica da criação". Uma teoria sistêmica das hegemonias históricas deve, segundo Gramsci, individuar o nexu dialético que permite alternar ou entrelaçar a primeira à segunda lógica, em um equilíbrio transitório (nós o chamaremos equilíbrio metastável) entre o uso da violência e o uso do consenso.

2 Por uma topografia conceitual da hegemonia histórica

Em uma entrevista Edward Said afirmou que "Gramsci tinha um forte sentido do espaço. De fato, todas as suas categorias analíticas são fundamentalmente territoriais". A profundidade espacial do conceito de hegemonia nasce de uma crítica da geometria euclidiana feita em Q 11, 1419-1420. A "objetividade real" de noções como "Oriente" e "Ocidente" deriva de uma "construção" convencional, em outras palavras "histórico-cultural", induzida pelo desenvolvimento da civilização ocidental e não construções arbitrárias ou razoavelmente estabelecidas *a priori*. Em polêmica com um livro

de Bertrand Russell, traduzido em italiano com o título de *I problemi della filosofia*, Gramsci sustenta que “Oriente” e “Ocidente” são “relações reais” que não existiriam “sem o homem e sem o desenvolvimento da civilização”. Fora da história onde se desenvolvem as relações entre os homens, Leste e Oeste são iguais: “porque fora da história real cada ponto sobre a terra é Leste e Oeste ao mesmo tempo”.

Entre as linhas se lê uma referência à própria prova de existência de Deus desenvolvida por Descartes na Terceira Meditação: do ponto de vista de Deus, ou de um pensamento “hipotético e melancólico”, o espaço não possui nenhuma extensão senão aquela fixada pelo pensamento. Para Gramsci é evidente que Leste e Oeste, como convenções históricas, são o resultado “do ponto de vista das classes cultas européias que através da própria hegemonia mundial as fizeram aceitar por toda parte”. É só do ponto de vista desta hegemonia, e não daquela do homem melancólico cartesiano, que o Japão representa “o Extremo Oriente” seja pelo “Americano da Califórnia” ou por um japonês. Um significado político andou aglutinado ao redor da expressão geográfica tradicional de Leste e Oeste. Foi imposto pela hegemonia mundial das classes cultas européias até o ponto em que “as expressões Oriente e Ocidente terminarem por indicar determinadas relações entre complexos de civilizações diferentes”.

O elemento subjetivo da definição tende a condicionar o mesmo conteúdo da objetividade, até o ponto de substituí-lo. Gramsci assinala à “filosofia da práxis” a tarefa de “historicizar” este elemento. Definindo “Oriente” e “Ocidente” como convenções, ele critica em primeiro lugar o realismo ingênuo da propriedade espacial, decompondo as relações métricas da representação espacial cartesiana. A “filosofia da práxis” critica a confusão persistente do objeto da representação com a realidade, o sujeito com o objeto, típica da concepção newtoniana do espaço como da Estética transcendental de Kant. Esta revela como tal confusão seja ditada por uma idéia

do espaço geográfico e histórico como uma dimensão dada e imediatamente aceita por cada civilização. Para Gramsci trata-se acima de tudo de uma representação “religiosa”. Pensar, de fato, que o mundo seja suspenso entre Oriente e Ocidente, equivale a crer que tenha sido criado por Deus. O homem, no momento do nascimento, não encontra o mundo “já bom e pronto, catalogado, definido de uma vez por todas” (Q 1412). Aqui não podemos deixar de citar Marx e Engels das *Teses sobre Feuerbach* e da *Sagrada Família*, evidenciando a extraordinária ascendência do primeiro livro da Ética do filósofo holandês Baruch Spinoza.

O ponto de vista das classes cultas européias se transforma em “senso comum” a nível mundial. Ele impõe a crença segundo a qual o mundo é criado por Deus em pessoa e depois entregue aos homens. Essa hegemonia impõe uma visão do mundo de natureza “teológica”: um Deus geômetra, onipotente, divide o Ocidente do Oriente em duas (ou mais) civilizações distintas e confia às classes cultas européias o privilégio desta visão. O “público” crê que este mundo seja “objetivamente real”, mas não faz mais nada além de confundir um juízo com a realidade, uma representação com um fato. É vítima de *asylum ignorantiae* da crença em um mundo que não é aquele real, mas sim aquele percebido e imposto pelos outros. A revolta contra “o imperialismo euclidiano” das classes cultas européias é um elemento fundamental na teoria da hegemonia. A idéia que o espaço seja único e global é somente uma “crença religiosa”.

Para Gramsci o espaço é multidimensional, é atravessado por uma multiplicidade caótica, aberta, conexas de espaços. Este corresponde a um horizonte, aquele do mundo, no qual descobre a heterogeneidade entre a dimensão global e local. Na sua teoria da hegemonia, de fato, Gramsci vê entrelaçar as exigências dos Estados-nação no interior das “combinações nacionais e internacionais do desenvolvimento capitalista” (Q 1988). O horizonte-mundo da teoria da hegemonia explica

contradição entre o local e o global, tornado impossível admitir o senso comum imposto por um único ponto de vista, mesmo que fosse aquele de Deus. Não se pode declinar na história, como fazem as classes dominantes européias, uma representação geométrica *a priori*, mascarando-a de verdade universal. Gramsci admite, não diversamente de Descartes, que do local ao global exista um percurso, baseado sobre uma cadeia de relações e de proposições implícitas à dialética entre Estado-Nação e o contexto internacional. Mas o global não contém o local, como pelo contrário acontece na *homotopia* euclidiana.

O "global", entendido como horizonte-mundo, é então o lugar em que se explica a transição de um estado a outro das relações entre Estado ou grupos de Estados. As perturbações caóticas que atravessam o horizonte-mundo são causadas pelas transições de uma hegemonia histórica a uma outra. Para Gramsci a idéia da transição é plenamente desenvolvida no interior daquela de "crises", aquela idéia "que consiste essencialmente que o velho morre o novo não pode nascer" (Q III). O horizonte-mundo é o lugar da criação e da destruição. Gramsci afirma que "destruir é muito difícil, tão difícil quanto criar. Visto que não se trata de destruir coisas materiais, se trata de destruir "relações" invisíveis, não palpáveis, mesmo que se escondam nas coisas materiais" (Q VI 708). A obra de destruição-criação das relações invisíveis, a produção do *novum* na história, é para Gramsci submetida a uma contínua crise entre o velho que morre e o novo que não pode nascer.

Diferente de que no filósofo alemão Walter Benjamin, para Gramsci o *novum* não responde a uma espera messiânica, mas a uma lógica de produção. A divisão entre Oriente e Ocidente é a produção de um *novum* na história e a destruição de uma ordem precedente do horizonte-mundo, o Medieval limitado somente à Europa. O ato da divisão Leste-Oeste segue a época secular das descobertas geográficas realizadas pelos aventureiros ao soldo dos monarcas europeus. É um ato histórico, de natureza gnosiológica e política, que coloca uma

nova ordem do plano global e local, e o da superestrutura do plano global e aquele da “estrutura”. É o momento no qual “o ponto de vista das classes cultas européias” se alarga ao mundo inteiro, transformando-o em sua imagem e semelhança. É advinda à produção de um novo horizonte-mundo, de novos espaços, de um novo mapeamento mental e conceitual do mundo e da história.

Na topografia conceitual gramsciana o conceito de “crise” tem uma importância particular. Este tem um valor duplo: por um lado, evoca a hereditariedade marxista que vê na economia capitalista uma crise permanente, e por outro uma idéia “sistêmica” do equilíbrio. Um sistema em crise não está em vias de extinção. Pelo contrário, no momento em que a crise é mais alta, as “relações invisíveis” entre local e global gozam de grande vitalidade. Trata-se de uma lei dinâmica: um sistema é tão mais complexo, quanto mais atravessado por crises. A ordem é mantida em base às flutuações de um equilíbrio das forças a um outro. Em Gramsci a ordem e o caos não são inconciliáveis. A teoria da hegemonia permite criar uma ordem através do caos, de encontrar uma lei no interior do acaso. Chamaremos horizonte-mundo “ordem para flutuação”, uma ordem que se mantém em um “equilíbrio metastável”. Esta ordem é afligida por uma crise permanente que alterna fases violentas a outras pacíficas, mas é substancialmente estável. Isso é dedutível por meio de um cálculo realizado com base nas forças em campo e não, como gostaria o ponto de vista das classes cultas e dominantes, com base a um só ponto de vista.

O cenário estratégico que se apresentara aos olhos de Gramsci logo após o final da I Guerra Mundial lhe permitira esclarecer um ponto fundamental: a mudança da hegemonia mundial não é dada pelos efeitos desastrosos das crises econômicas, como por sua vez afirmavam os teóricos socialistas do imperialismo como Hilferding, ou então marxistas como Luxembourg ou Lenin. O New Deal, por exemplo, fora a

resposta do capital americano à crise devastadora de 1929 e a disseminação da estagnação produzida após a guerra. Fora uma operação, aos olhos de Gramsci, de hegemonia política, uma revolução não contra as estruturas do capital, mas realizadas por elas mesmas. Nascia um novo Estado hegemônico, a América, que possuía uma estratégia de longo prazo, capaz de redesenhar as ordens do poder em nível mundial. As crises históricas não são então determinadas imediatamente pelas crises econômicas, mas pelas crises hegemônicas. Nesta ótica, a II Guerra Mundial fora a luta da hegemonia americana contra a alemã. Esta produziu uma surpresa: a hegemonia soviética sobre o bloco oriental europeu e sobre a Ásia. Sem contar a veleidade hegemônica dos assim chamados “países não alinhados”.

Para compreender melhor esta idéia de “crise”, é necessário discutir sobre a temporalidade histórica na qual advém a sucessão – e a luta – entre as hegemonias políticas. Veremos então que “crise” é um conceito espacial e temporal. É o operador histórico que permite ao sistema relações entre global e o local de chegar à produção de uma nova hegemonia.

3 Teoria e estratégia das relações de força

O horizonte-mundo é composto por relações vivas que seguem leis universais. Estas leis estão longe de um equilíbrio como entendido classicamente, estável e inerte, mas totalmente inseridas na ordem natural dos comportamentos individuais e coletivos, sejam subjetivos ou objetivos. O horizonte-mundo é a expressão mais alta dos processos de auto-organização históricos. Em Q 13 1583 e ss. Gramsci elabora uma teoria estratégica das relações de força articuladas em três momentos (ou graus): 1) a relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura econômica, objetiva, independente da vontade dos homens; 2) a relação das forças políticas produzidas pela avaliação do grau de homogeneidade de autoconsciência e organização alcançada por vários grupos sociais em nível

nacional e internacional; 3) a passagem da estrutura econômica a superestrutura ideológica-política, o momento no qual as "ideologias" se transformam em "partidos", determinando a unicidade dos fins econômicos e políticos além da unicidade intelectual e moral que é própria do Estado-nação.

O "desenvolvimento histórico" oscila entre o primeiro e terceiro momentos, através da mediação do segundo. O primeiro momento corresponde ao econômico-corporativo no qual os indivíduos exercitam a solidariedade como "dever ser", porque pertencentes à mesma corporação social. Gramsci dá o exemplo dos comerciantes. O segundo momento corresponde à solidariedade de classe: a corporação se alarga e se transforma em um grupo mais amplo, consciente da solidariedade dos interesses entre todos os membros da classe. O terceiro momento é aquele mais importante: as classes subordinadas se submetem voluntariamente ao domínio da classe hegemônica, assumindo os interesses dos dominantes como se fossem próprios. É a fundação do Estado-nação no qual os interesses do grupo dominante são "a força motriz de uma expansão universal". Trata-se da hegemonia realizada: o Estado é percebido como potência universal dos dominados. Uma vez realizada a hegemonia, continua Gramsci, a vida estatal é concebida como contínuo formar-se e superar-se, no âmbito da lei do Estado, de "equilíbrios instáveis" entre os interesses do grupo fundamental e aqueles dos grupos subordinados.

Se esta é a história da fundação do Estado-nação europeu, explicitada através da criação de uma hegemonia, de que forma se constrói o horizonte-mundo? Na história real, responde Gramsci, os três momentos descritos se implicam reciprocamente, em uma direção horizontal e em uma vertical, segundo as atividades econômico-sociais (horizontais) e os territórios (verticalmente), se combinando e se cindindo de forma variada. Cada uma destas combinações pode ser representada por uma expressão organizada econômica e política, vale dizer por um Estado e por uma sociedade civil. A

estas relações internas de um Estado-nação se entrelaçam aquelas internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. E eis a teoria da hegemonia levada em nível global: “Uma ideologia nascida em um país mais desenvolvido se difunde em países menos desenvolvidos incidindo no jogo das combinações” (Q 1585).

Gramsci não despreza a possibilidade de que no interior dos Estados-nação europeus se possam encontrar grupos sociais não homogêneos por crença religiosa, língua e origem. Dá o exemplo da Vendea durante a Revolução Francesa, mas é sem dúvida uma observação fascinante para reler a história colonial e pós-colonial. Os Estados europeus nascem impondo à população uma homogeneidade nacional, a uniformidade étnica, uma língua, uma cultura, uma religião. No interior do plano “local” existem então, “muitas divisões territoriais de estrutura diversa e de relação diversa de forças em todos os gêneros” que perturbam a ordem nacional imposta pelo Estado criando conflitos em nível econômico, político e ideológico. A hegemonia de uma classe se joga sobre um plano ideológico, aquele mais “imponderável”. As devastações realizadas pelas classes dominantes cultas européias contra outros grupos concorrentes (se pensa nos conflitos religiosos na França, na Holanda ou na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII), como aqueles nos países coloniais, são o resultado deste conflito hegemônico.

A teoria da hegemonia histórica se desenvolve em duas direções: horizontal e vertical. A primeira envolve aparatos ideológicos e econômicos. A segunda envolve os espaços. Uma hegemonia não pode se dar sem espaços onde projetar a potência produtiva e ideológica de uma “nação desenvolvida”. Não se pode, todavia, deixar de lado o fato de que o desenvolvimento histórico da hegemonia envolve o espaço de maneira diferente. A hegemonia nunca é igual a si mesma, varia de nação a nação, de colônia a colônia. Em suma a potência produtiva e militar se exercita diversamente em base ao território onde é empregada. No horizonte-mundo acontece o “jogo das combinações” entre o espaço e o tempo, entre o

interno e o externo, entre o nacional e o internacional da hegemonia de um Estado. A infinita complexidade do jogo combinatório entre os múltiplos planos espaços-temporais presentes no horizonte-mundo, nos permite "analisar a situação" histórica em base a relações de força existentes.

Eis como Gramsci define, do ponto de vista estratégico, a sua teoria das relações de força:

Na análise do terceiro grau o momento do sistema de relações de força existentes em uma determinada situação, se pode recorrer utilmente ao conceito que na ciência militar é chamado de conjuntura estratégica, o grau de preparação estratégica do teatro da luta, (as condições qualitativas do pessoal dirigente e das forças ativas que se chamam em primeira linha) [...]. O grau de preparação estratégica pode dar a vitória às forças "aparentemente" inferiores àquelas do adversário. A preparação estratégica tende a reduzir a zero os "fatores imponderáveis", as reações imediatas [...] das forças tradicionalmente inertes e passivas" (Q 1610).

Conhecer o jogo combinatório das relações de força significa ter consciência da conjuntura estratégica, o tempo da ocasião da qual fala Maquiavel. Para uma teoria da hegemonia, enfrentar uma "situação" significa entrar no "teatro estratégico da luta", conhecer a complexidade do "jogo combinatório" das relações de força. Fazer um estudo da força do adversário, dominar os fatores ideológicos e políticos que turbam a ordem das forças em campo de modo imponderável.

O uso da linguagem militar em Gramsci é muito mais que uma metáfora. Veremos no parágrafo sucessivo como o elemento militar seja central na sua teoria da história. O uso político da violência, mediado ou não pela lei, é o que põem o *novum* da história, mas também o que mantém a ordem no mundo. O objetivo é regular o uso da violência através dos três momentos das relações de força.

4 O método histórico-estratégico para analisar a luta para a hegemonia mundial

A “filosofia da práxis” permite então a análise da situação estratégica não por ser fixa e imutável, mas como um conjunto de relações sociais, históricas e determinadas. No jogo combinatório das “relações invisíveis”, presentes entre as forças, dois são os elementos fundamentais: a “questão” do consenso técnico-militar (a força) e a “questão” do consenso. A primeira funda os Estados unitário-territoriais. A segunda regula a força entre os Estados. A ação política e estratégica age sempre em uma “dupla perspectiva”: a força e o consenso, a autoridade e a hegemonia, a tática e a estratégia.

Gramsci faz um convite para ver a história com os olhos do Centauro, a figura mitológica ferina e humana invocada por Machiavel (Q 1576). O centauro é o que atravessa a barbárie e a civilização, rompendo as margens, confundindo os confins, unindo a violência à ordem, o caos à lei. Para metade homem e metade animal, o centauro incorpora a idéia gramsciana da história: as duas naturezas dividem o mundo e fazem a história. A visão do centauro segue a história por uma fase econômico-corporativa a uma capitalista. Em uma economia corporativa as relações internacionais são preponderantes sobre as nacionais. Em uma economia capitalista se ascende a uma autonomia na qual vigora a “liberdade industrial e de iniciativa, não ligada a interesses agrários” (Q 1576). É o intervalo histórico compreendido entre os séculos XVII e XIX descrito por Marx nos *Lineamentos Fundamentais da Crítica da Economia Política* (Grundrisse) e depois retomado no *Capital*: o nascimento do capital mercantil e depois do industrial.

Analisando as relações de força entre os Estados europeus no mesmo período, Gramsci faz uma análise sincrônica e diacrônica: por um lado os observa na sua continuidade, por outra, os vê entrelaçados com a história dos dispositivos econômicos e políticos. Através da visão do centauro, vemos como os Estados modernos europeus lhes tenham fornecido

uma visão concentrada sobre o domínio militar da hegemonia. O inteiro ciclo produtivo, da mesma forma que na vida civil, tinha por fim a organização do "teatro estratégico": os conflitos intereuropeus e os coloniais. O elemento decisivo para cada jogo combinatório, interno ou externo à Europa, era a organização de uma força permanentemente armada (o exército) para avançar no momento julgado mais propício à vitória. Tarefa de uma grande potência é aquela de: "aguardar sistematicamente e pacientemente para formar, desenvolver, tornar sempre mais homogênea, compacta, consciente de si mesma esta força" (Q 1588).

Os grandes Estados são tais porque interpretam as relações internacionais como momentos de uma guerra perpétua. A rede klausewiziana de Gramsci é evidente: a hegemonia é o fundamento da guerra como da paz, é o que garante a legitimidade da guerra em si, é a continuação da política com outros meios.³¹⁴ Gramsci elabora sucessivamente os critérios para calcular, em cada situação, a "hierarquia de potência" entre os Estados: 1) extensão do território; 2) força econômica; 3) força militar. Uma grande potência age sempre na perspectiva de uma guerra. Esta é hegemônica porque se coloca à frente de um sistema de alianças e de interesses internacionais de maior ou menor extensão e o domina do ponto de vista ideológico. É dona do elemento "imponderável" da teoria da hegemonia, em cada nível: a "questão" ideológica. Para Gramsci a posição hegemônica é conquistada pelo país que observa algumas regras fundamentais: 1) mantém a "tranquilidade", isto é, a capacidade do grupo dominante de governar os conflitos com os subordinados (Q 1577); 2) "ocupa no mundo em cada momento dado enquanto tido como representante das forças progressistas da história" (Q 1598). Trata-se de um elemento problemático: os países que historicamente tiveram hegemonia sobre o mercado mundial são as

³¹⁴ Cfr. C. Ancona. *L'influenza del Vom Kriege di Clausewitz nel pensiero marxista da Marx a Lenin*, contenuto in *Rivista storica del socialismo*, VIII, 1965, n° 25-26, pp. 129-154.

potências capitalistas ocidentais. Na perspectiva de Gramsci começa lentamente a faltar o papel da União Soviética, mesmo que continue viva a perspectiva de uma "revolução no Ocidente". Veremos novamente esse problema mais à frente.

A medida decisiva para entender o que é uma "grande potência" resta sendo, de qualquer forma, a guerra:

É grande potência aquele Estado que entrou em um sistema de alianças por uma guerra (e hoje cada guerra pressupõe de sistemas de forças antagônicas), no momento da paz conseguiu conservar uma tal relação de forças com o aliado, ser capaz de manter os pactos e as promessas feitas no início da campanha (Q 1628).

O jogo combinatório entre as relações de força está presente em nível internacional. A capacidade de uma grande potência está no ditar os tempos das combinações, nunca oscilar na sua linha política, não deixar que a vontade alheia condicione a sua própria. A linha política hegemônica de ser fundada "Sobre o que é permanente e não casual e imediato e nos próprios interesses e naqueles de outras forças que concorrem de modo decisivo a formar um sistema e um equilíbrio" (Q 1629).

Estas considerações podem ser, ao nosso ver, aplicadas a três momentos políticos do século XX muito diferentes: as relações entre os Estados europeus antes da I Guerra Mundial; a relação entre a Europa e América antes da II Guerra Mundial e finalmente as relações entre União Soviética e Estados Unidos da América durante a guerra fria. A teoria das hegemonias históricas de Gramsci representa sem dúvida uma contribuição qualificada para a análise estratégica destas conjunturas, com a finalidade de encontrar uma explicação de tipo sistêmico e político para o conflito entre as grandes potências.

O sistema das relações internacionais é descrito por Gramsci através de dois tipos de movimentos: orgânicos (relativamente permanentes) e de conjuntura (Q 1579). Os

movimentos orgânicos investem os grandes reagrupamentos dos Estados e dos grupos sociais que dominam a vida de um Estado. Sobre o terreno conjuntural, chamado por Gramsci "ocasional", se organizam as forças antagônicas que tendem a demonstrar que existem as condições necessárias para mudar a ordem da relação de força. O movimento ocasional é uma desordem "necessária", porque, diferente daquele orgânico, exprime a falta do "dever ser" histórico imposto. A distinção entre movimento orgânico e movimento ocasional é aplicável a todos os tipos de situação. Aqueles nos quais acontece um ciclo de prosperidade, mas também aqueles nos quais ocorre a estagnação das forças produtivas. Gramsci reconhece que é muito difícil propor em cada situação o nexu dialético entre o orgânico e o ocasional. O erro de natureza "economicista" ou "voluntarista" é sempre uma armadilha.

5. A revolução disputada entre Oriente e Ocidente

O conceito de hegemonia, escreve Gramsci no Q 1729, é aquele no qual se unem as exigências de caráter nacional. Uma classe dominante de caráter internacional, como foi a européia até o final da I Guerra Mundial, "guia extratos sociais estritamente nacionais (intelectuais) e freqüentemente menos ainda que nacionais, particularismos e municipais (os camponeses), deve "se naturalizar", em um certo sentido". Neste duplo movimento de cima para baixo e de baixo para cima nasce a hegemonia mundial de uma classe dominante como a européia. Ao mesmo tempo a economia se desenvolve segundo um plano mundial e segue passo a passo à constituição de uma classe dominante através de múltiplas fases nas quais as combinações regionais (de grupos de nações) variam até encontrar um equilíbrio estável, vale dizer hegemônico.

Para Gramsci, o momento no qual advém à troca da hegemonia no plano mundial e uma diversa disposição das combinações regionais é a guerra. É uma convicção que se afirma cedo nos seus escritos. Exemplar nos parece o artigo

publicado no *L'Ordine Nuovo*, em 2 de agosto de 1919, no qual Gramsci escreve:

Quatro anos de trincheira e de desfrute de sangue mudaram radicalmente a psicologia dos camponeses. Esta mudança se verificou especialmente na Rússia e é uma das condições essenciais da revolução. O que não tinha sido determinado pelo industrialismo com o seu processo normal de desenvolvimento, foi produzido pela guerra. A guerra obrigou as nações capitalistas mais atrasadas e logo menos dotadas de meios mecânicos, a convocar todos os homens disponíveis para opor massas profundas e de carne viva aos instrumentos dos Impérios centrais. Para a Rússia, a guerra significou a tomada de contato de indivíduos antes dispersos em um vastíssimo território, significou uma condição humana com duração ininterrupta por anos e anos de sacrifício, com o perigo sempre eminente da morte.³¹⁵

Nações atrasadas como a Rússia, a Itália, a França e a Espanha, eram penalizadas por uma nítida separação entre a cidade e o campo, entre os operários e os camponeses. Os camponeses sobreviviam de formas econômicas feudais. A luta de classe era uma luta entre bandidos. Toda lei estava suprimida: o exército podia trucidar os servos da gleba sem que o Estado garantisse uma punição justa contra os assassinos em massa. Não havia nenhum tipo de concorrência livre. A dialética social era limitada ao ataque à propriedade de terras, à destruição, ao furto, ao assalto do município. Na revolução de Outubro, ao invés, um papel fundamental tivera o Exército Vermelho e com ele milhões de camponeses russos anteriormente excluídos da vida estatal. A guerra contra as potências européias teve o mérito de fazer entrar os marginais e subordinados no Estado, para defendê-lo e liberá-lo. A guerra foi a força motriz universal que permitira aos camponeses:

Conceber o Estado na sua complexa grandiosidade, na sua desmedida potência, na sua complicada construção. Conceberam o mundo, não mais como algo indefinidamente grande como o Universo e estreitamente pequena como o

³¹⁵ Cfr. Antonio Gramsci, *L'Ordine Nuovo 1919-1920*, Einaudi, Torino 1955, p. 26.

campanário do povoado, mas na sua concretude de Estados e de povos, de forças e de fraquezas sociais, de exércitos e de máquinas, de riquezas e de pobreza.³¹⁶

A experiência de vida coletiva revolucionária permitiu ao povo russo fazer uma “experiência espiritual” comum e de se inserir em uma “hierarquia social” moderna, não diferente da existente nos Estados capitalistas vencedores da guerra. A este ponto a Rússia se transformava em uma “potência mundial”. Escreve Gramsci em 14 de agosto de 1920:

Único Estado operário no mundo, circundado por uma mudança feroz de implacáveis inimigos, a Rússia dos Soviets deveria resolver um segundo problema existencial: fixar a sua posição no sistema mundial de potências. O Estado operário russo resolveu hoje este problema e o resolveu com os meios e os sistemas com os quais o teria resolvido um Estado burguês: com a força militar, vencendo uma guerra [...]. A Rússia dos Soviets [...] se transformou na maior das potências mundiais, de tal forma a equilibrar com o seu peso e a sua estatura histórica todo o sistema capitalista mundial.³¹⁷

Entre 1919 e 1920, Gramsci funda a sua teoria das hegemonias históricas. Esclarece o papel da força militar na construção de uma “grande potência” e concebe o sistema capitalista mundial no interior do “sistema mundial das potências”. Esclarece de imediato também o papel “progressista” da Rússia soviética na história: esta encarna, de fato,

O sofrimento e a fome das nações vencidas na guerra mundial encarna a vingança das nações vencedoras militarmente, mas desfeitas economicamente, encarna a insurreição das colônias dessangradas pelas metrópoles, encarna todo o informe conglomerado de rebeliões contra o desfrute hegemônico do capitalismo.³¹⁸

A potência da invocação gramsciana de uma hegemonia mundial do proletariado é muito parecida à usada por Lukács

³¹⁶ *Ivi.*

³¹⁷ *Ibid.*, p. 145.

³¹⁸ *Ivi.*

"leninista" no seu memorável texto *História e consciência de classe*. Diferente do grande filósofo húngaro, Gramsci não terá nunca em menor conta o seu leninismo "político" do que o teórico. O seu é um percurso ininterrupto que o conduzirá até 1932 no momento da escritura do Q 13. Vejamos brevemente quais são as passagens mais significativas deste percurso.

O ponto de partida é sem dúvida o seguinte: a guerra mundial, vencida pela aliança ocidental, deveria, com a paz de Versalhes e com a Liga das Nações, instaurar um regime de monopólio sobre o planeta. Ao equilíbrio precário entre as potências imperialistas européias deveria seguir-se a hegemonia incontestável inglesa. A Rússia soviética rachou essa hegemonia, revelando como não é possível conquistar uma hegemonia absoluta. O projeto era naturalmente o da conquista do poder mundial, mas nem Lenin, nem Gramsci eram tão estúpidos de pensar de poder fazê-lo em breve tempo. A aposta era uma outra: o de reequilibrar as potências, não em um asfixiante equilíbrio imperialista, mas no interior de uma luta entre hegemonias políticas concorrentes.

Foi uma intuição enganosa, visto o que aconteceu na guerra fria. Durante o sucessivo decênio, em seguida a sua permanência em Viena e em Moscou, Gramsci continua a trabalhar com fervor ao redor do núcleo fundador da teoria da hegemonia mundial. Numa importante contribuição em um congresso organizado em Cagliari em 1967, Ernesto Ragionieri traçou minuciosamente as etapas.³¹⁹ Ragionieri assinala como se esta teoria nascia da impossibilidade de realizar uma revolução comunista no Ocidente com os mesmos meios usados na Rússia. O primeiro texto que analisa este ponto é sem dúvida o artigo de 3 de julho de 1920, *Dois revoluções*. Na Alemanha, Áustria, Baviera, Ucrânia e Hungria, "a revolução como ato desconstrutivo, não é seguida pela revolução como processo reconstrutivo no sentido comunista. [...] A experiência das

³¹⁹ RAGIONIERI, Ernesto. Gramsci e il dibattito teorico nel movimento operario internazionale. In: AAVV. Gramsci e la cultura contemporanea. Cagliari: 1967, v. 1, pp. 113-116.

revoluções mostrou que, depois da Rússia, todas as outras revoluções em dois tempos são falidas”.³²⁰

Em uma carta de fevereiro de 1924 a Togliatti e a Terracini, Gramsci acrescenta que “na Europa Ocidental o desenvolvimento do capitalismo determinou não somente a formação de largos extratos proletários, mas também e por isso criado o extrato superior, a aristocracia operária com os seus anexos de burocracia sindical e de grupos social-democratas”. Daqui derivava a certeza de que “o assalto revolucionário” no Ocidente se complicava por todas as superestruturas políticas criadas pelo superior desenvolvimento capitalista. Ao “partido revolucionário” vinha requisitada uma “estratégica e uma tática bem mais complexa e de longo folego”.³²¹

No manifesto ao Comitê Central do Partido Comunista Italiano publicado no *L'Unità* de 3 de julho de 1925, Gramsci comparava as experiências da revolução soviética no “Oriente” e a falida no “Ocidente”. A formação dos partidos bolcheviques na Europa Ocidental, sem falar dos americanos, havia fracassado. Reunindo as palavras de Lenin pronunciadas em 1918, no VII Congresso do PC Russo,³²² Gramsci escreve:

Na Rússia não existiam antes da guerra as grandes organizações dos trabalhadores que, pelo contrário, caracterizaram todo o período europeu da II Internacional [...]. No Ocidente se chegou a uma divisão do trabalho sempre mais marcada entre organizações sindicais e organizações políticas da classe operária com dois resultados: 1) no campo sindical foi se desenvolvendo com ritmo sempre mais acelerado a tendência reformista e pacifista [...]; 2) nos partidos políticos a atividade se deslocou sempre mais em direção ao campo parlamentar, isto é aquelas formas que não se distinguem em nada da democracia burguesa.³²³

³²⁰ GRAMSCI, Antonio. *L'Ordine Nuovo*, cit., pp. 135-140.

³²¹ GRAMSCI, Antonio. In: TOGLIATTI, Palmiro. *La formazione del grupo dirigente del PCI (1923-1924)*. Roma: Riuniti, 1962, pp. 196-197.

³²² LENIN, V. I. Rapporto sulla guerra e sulla pace, VII Congresso del partito comunista russo. In: _____. *Opere*. Roma: Riuniti, v. XXVII, 1967, p. 84.

³²³ GRAMSCI, Antonio. *L'Unità*, 3 luglio 1925.

Ragionieri traça o percurso gramsciano de 1920 a 1926 (le Tesi di Lione), mas descarta segui-lo até os *Quaderni del Carcere*. O faremos nós, propondo uma chave de leitura diferente. A nova “tática e estratégia” da revolução no Ocidente amadurece através da reflexão sobre a guerra. A tese sobre a *dupla revolução*, um primeiro momento “reformista” e um segundo “revolucionário”, aquele que na Rússia vai de março a novembro de 1917, era interpretada pelo grupo dirigente bolchevique, não somente por Trotsky, como uma “revolução permanente”. Mas de onde nasce essa tese? Do estudo da revolução francesa e da sucessiva fase (durou 60 anos) da construção do Estado francês moderno.

O conceito político de “revolução permanente”, escreve Gramsci no Q 1566, é “a expressão científica” das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor. Na época, na França, não existiam partidos de massa, sindicatos e burocracias. O centro da vida social e política era Paris, enquanto que o resto do país era uma imensa periferia. No período sucessivo a 1870, depois da derrota militar contra a Alemanha, as relações de força internas e internacionais seriam mudadas radicalmente, tornando-se muito mais complexas. A fórmula de 1848 da “revolução permanente” deixava lugar àquela de “hegemonia civil”:

Surge na arte política o que surge na arte militar: a guerra de movimento torna-se sempre mais guerra de posição e se pode dizer que um Estado vence uma guerra enquanto a prepara minuciosamente e tecnicamente no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais ou como complexo de associações na vida civil, constituem para a arte política como as “trincheiras” e as fortificações permanentes do fronte na guerra de posição: estes rendem somente “parciais” o elemento do movimento que antes era “toda” a guerra (Q 1566-1567).

Esse percurso, acrescenta Gramsci, vale somente para os Estados modernos, não para as “colônias” como a Rússia na qual vigoram ainda formas da sociedade civil superadas e anacrônicas. É necessário voltar ao método histórico do estudo

estratégico da situação, analisar as relações de forças em um determinado período, fazer uma análise objetiva fora daquela que Marx tinha definido no *18 brumário de Luís Bonaparte*, a lei da repetição histórica.³²⁴ Os bolcheviques aplicavam na Rússia o modelo da revolução francesa. Pensar em aplicar o mesmo modelo no Ocidente, para Gramsci significava auspiciar a repetição da história como farsa. Não pode escapar ao intérprete que Gramsci estuda a história da construção do Estado francês com o seu método estratégico: as ondas "revolucionárias" que vão de 1789 a 1870 são as "oscilações" que permitem reconstruir as relações entre estrutura e superestrutura no desenrolar do movimento orgânico e do movimento da conjuntura. O Estado francês é o resultado da "mediação dialética" entre estes dois movimentos. Estas palavras fazem pensar que a Rússia teria tido necessidade de ao menos outro tempo para construir o seu Estado, mas esta é uma outra história.

Nos Q 1614-5, Gramsci escreve que a guerra de posição no Ocidente, da mesma forma que em um conflito militar, tem necessidade de um sistema organizado e industrial do território e de uma imponente massa de homens. As crises econômicas não têm um êxito catastrófico imediato sobre as estruturas da sociedade civil. Estas resistem como as trincheiras durante um ataque de artilharia. A aparente desordem não incide na verdadeira estrutura. A nível estratégico, de fato, as sociedades das grandes potências possuem uma extraordinária capacidade de resistência ao caos endêmico da economia capitalista. Por que os Estados capitalistas ocidentais resistiram ao ataque da depressão econômica e daqueles da revolução? Amadureceu a passagem de uma "guerra manobra" a uma de "posição". A hegemonia deles sobre o Estado soviético está na superioridade militar (as "técnicas de extermínio" como os gases químicos usados durante a guerra) e na solidez da sociedade civil. A sua superioridade é fornecida pela maior capacidade de regular o

³²⁴ ASSOUN, Paul-Laurent. *Marx et la répétition historique*. Paris: PUF, 1978.

uso da violência política. A maturação da técnica militar influi sobre a arte da política “silenciosamente” (Q 1623), de modo, mas permitem reconfigurar as combinações regionais e nacionais sobre o modelo da nova hegemonia política que lutaria por todo o século XX, primeiro contra o nazismo e depois contra o comunismo.

5 A fúria e a consciência dos subalternos: a questão colonial e o Oriente em Gramsci

Gramsci recebeu de Lenin a equação entre a questão colonial e a questão nacional. No *desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Lenin citava a passagem do terceiro livro do *Capital* no qual Marx sustenta que o capitalismo pode se afirmar sobre a propriedade privada fundiária feudal como sobre aquela do clã ou sobre a propriedade camponesa unida à propriedade comum. Lenin excluía que no Oriente não pudesse nascer o capitalismo próprio em virtude da extraordinária força expansiva da sua hegemonia.³²⁵ O “modo de produção” asiático era somente uma época do mais amplo progresso da formação econômica da sociedade capitalista no Oriente, tratando-se de um “modo de produção” destinado a desaparecer.³²⁶ A luta pela hegemonia mundial era aos olhos de Lenin o modo através do qual os povos subalternos combateriam os “governos asiáticos” “despóticos” que esmagam “com a força das armas qualquer aspiração de liberdade”.³²⁷ Civilizações habituadas há milênios ao “despotismo oriental” e à organização social piramidal seriam estranhas ao culto burguês da livre iniciativa. Nenhuma delas poderia se libertar sozinha do domínio

³²⁵ LENIN, V. I. Lo sviluppo del capitalismo in Russia. In: *Opere complete*. Roma: Riuniti, v. III, 1956, p. 320.

³²⁶ LENIN, V. I. Che cosa sono gli ‘amici del popolo’ e come lottano contro i socialdemocratici. In: _____. *Opere scelte*. Roma: Riuniti, p. 6.

³²⁷ LENIN, V. I. I feudali al lavoro. In: _____. *Opere complete*. Roma: Riuniti, 1957, v. IV, pp. 411-412.

capitalista. Lenin auspiciava uma revolução no Ocidente, sem a qual não teria sido vencido nem mesmo o colonialismo.³²⁸

Gramsci e Lenin tinham em comum o interesse pelo debate acirrado sobre o assim chamado “modo de produção asiático” colocado por Marx e por Engels e que ficou muito “quente” nos últimos anos do século XIX.³²⁹ Não se pode então evitar falar de um ascendente marxiano nas posições gramscianas sobre questões coloniais. A história dos Estados coloniais representa o que Marx definiu como a pré-história do capital.³³⁰

Nesta sociedade a relação com a natureza é religiosa, a economia é agrícola e está na mão de poucas famílias. O objetivo da ordenação econômica é aquele de reproduzir valor de uso destinado à mera reprodução da propriedade fundiária. A forma “asiática” da produção é comum a grande parte dos territórios fora dos estados europeus e se baseia sobre o escravismo, o paternalismo e sobre a propriedade fundiária. Para Marx, a forma asiática ou colonial é a mais próxima da comunidade primitiva e é antagonica em relação àquela antiga e germânica pela sua natureza mais “progressiva”. Quando o capitalismo europeu chegou na Índia e na China, como na América Central e Meridional, ou na Rússia, uma vez constatada a falta de uma sociedade civil não fez nada além de colonizar e destruir as civilizações presentes há milênios. Nascia a idéia de uma inferioridade cultural e política dos povos orientais, incapazes de iniciar um desenvolvimento autogovernado.

Gramsci, do mesmo modo que Marx, previa que todas as formas de resistência adotadas pelas civilizações “orientais” deveriam sucumbir sob a pressão da colonização capitalista. A

³²⁸ LENIN, V. I. *Opere complete*. Roma: Riuniti, 1961, p. 168 *passim*.

³²⁹ Para a reconstrução desse debate ainda é válido SOFRI, Gianni. *Il modo di produzione asiatico*. Torino: Einaudi, 1973.

³³⁰ MARX, Karl. *Introduzione allá critica dell'economia politica* (1857). Roma: Riuniti, 1954, p. 48.

questão deveria ser, contudo, novamente colocada: o capital teria unido o mundo em um mercado mundial, e o seu teria sido um experimento espetacular, que Marx definia como *o comunismo do capital*. Tratava-se de um comunismo fundado sobre a guerra, o extermínio, a exploração escravista. Sobre isto Gramsci era consciente. A guerra mundial, a seu ver, tinha unificado o mundo, lhe tinha dado uma hierarquia de poderes que disciplina e controla a repartição das riquezas mundiais, conforme enuncia Gramsci no artigo de 15 de maio de 1919, *L'unità del mondo*.³³¹ O monopólio do poder estava nas mãos de um *trust* de capitalistas que teriam logo cancelado o Estado, tornando vassalos todos os povos da terra e reduzido o mundo a uma propriedade privada. Contra este domínio, escrevia Gramsci em um outro artigo, *La guerra delle colonie*, publicado em 7 de junho de 1919, se opõe a revolta das colônias:

Durante a guerra as colônias foram desfrutadas em medida inaudita, com um método inflexível e desumano o qual pode ser concebido somente em períodos de admirável civilização, como a capitalista [...]. Milhares e milhares de indianos, egípcios, argelinos, tunisianos, tonkineses morreram de fome e de epidemia pela devastação levada às míseras economias coloniais pela concorrência capitalista européia.³³²

A perspectiva de que a “revolução oriental” realizada na Rússia teria podido contrastar a superpotência do imperialismo anglo-americano é vivíssima. No artigo *Italiani e cinesi*, publicado em 18 de julho de 1919, Gramsci escrevia que, a nível estratégico, este contraste teria devido reequilibrar os poderes internacionais, levando uma nova dignidade nacional a todos os povos e Estados coloniais. Era, em outras palavras, a intuição que seria desenvolvida no decênio sucessivo: a hegemonia política capitalista deveria ser “contida” estrategicamente. A tarefa a se cumprir era o enfraquecimento da prerrogativa, até aquele momento incontestado, do Estado capitalista: a ação expansionista, a conquista territorial e a

³³¹ GRAMSCI, Antonio. *L'Ordine Nuovo*, cit., pp. 226-228.

³³² *Ibid.*, pp. 240-241.

colonização cultural. A rebelião das populações coloniais, assim como teria acontecido nos sucessivos cinqüenta anos, tinham certamente um valor de "libertação", mas aludia na verdade a esta visão estratégica que Gramsci desenvolveria em seguida na teoria da hegemonia mundial.

Não tardará a aparecer em Gramsci, como previsto por Marx, o aspecto anacrônico de uma revolução "oriental" no Ocidente. Dada a constituição "gelatinosa" da sociedade civil no Oriente, o modelo da revolução permanente parecia ser adequado àquele tipo de sociedade. A demonstração do anacronismo do modelo da "revolução permanente" - "guerra de movimento", chega a propósito em outra anotação. No Q I, 122 Gramsci descreve de maneira excelente a guerra antiimperialista nas colônias inglesas:

Assim a luta política da Índia contra os ingleses (e em certa medida da Alemanha contra a França ou da Hungria contra a Pequena Aliança) conhece três formas de guerra: de movimento, de posição e subterrânea. A resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, que se transforma em guerra de movimento; a preparação clandestina das armas e de elementos combativos é guerra subterrânea.

A complexidade de uma "guerra de libertação" é o resultado da complexidade da hegemonia exercitada pelos Estados capitalistas europeus. O realismo estratégico gramsciano não deve chocar. A guerra de libertação nacional utiliza numerosas táticas, incluídas as terroristas. Esta deve responder às técnicas de extermínio adotadas pelos ocupantes. Em uma situação trágica como a guerra "subterrânea", Gramsci pensa na regulação do uso da violência. No caso da Índia, como por todas as colônias inglesas, a guerra tinha como objetivo estratégico induzir os ingleses a crer que a insurreição de massa dos escravos os teria obrigado a diluir as forças em um teatro bélico transformado simultaneamente geral. A guerra de guerrilha será a técnica militar adotada por todos os movimentos de libertação nacional no século XX. Este tipo de

guerra é adotado quando as forças adversárias são manifestamente superiores. Esta deriva de um atento estudo do território e de uma longa e extenuante preparação militar ao combate, tal a quebrar a resistência das forças militares oponentes. As palavras de Gramsci são proféticas:

Eis que nestas formas de luta mista, o caráter militar fundamental e o caráter político preponderante (mas hoje a luta política tem sempre um substrato militar), o emprego dos corajosos soldados requer um desenvolvimento tático original, para cuja concessão a experiência de guerra pode dar somente um estímulo, não um modelo.

A técnica militar mista da guerra de guerrilha não é certamente um fim em si mesmo. Ao contrário, Gramsci a enquadra estrategicamente em uma luta anticolonial de maior fôlego. No Q 901 esta responde em primeiro lugar às exigências da civilização indiana (e chinesa) de resistir à introdução da civilização ocidental “que de uma forma ou de outra terminará por vencer”. A potência militar e cultural da civilização ocidental é tal que impõe aos “orientais” uma identidade colonial. Mas não é este o ponto: a colonização acelerará a ruptura entre “povo e intelectuais”, expulsará o folclore, cancelará o senso comum e produzirá finalmente um novo tipo de intelectuais. Escreve Gramsci no Q 709, a propósito da sociedade indiana, que única revolução atuável em maneira realística e em tempo breve em uma sociedade colonial é o de alfabetizar as massas.

Para se fazer isto seria necessário dirigir-se às classes intelectuais “desempregadas”, convertê-las à causa “nacionalista”, tentar aviar o jogo combinatório entre as exigências de um Estado-nação independente e a libertação de um contexto internacional imperialista. No Q 480 Gramsci escreve que nas periferias dos impérios ocidentais, os intelectuais não são autônomos para o poder constituído. Na América Central ou Meridional, como na Índia ou na China, é difícil encontrar uma situação na qual o elemento laico tenha superado a fase da

subordinação à política laica do clero e da casta militar. Em sociedades na qual a distância entre essas castas e o povo é máxima (como na Índia por exemplo), a guerra de liberação nacional resulta ser um instrumento inovador para reunir estes extremos e os colocar no interior do mesmo bloco social nacional e internacional.

A visão do centauro permite aos povos coloniais usar a fúria para conquistar o consenso, de desencadear a força para conquistar a hegemonia. A fúria do centauro permite adquirir a consciência do próprio ser subalterno, mas também de contestar a própria identidade dos escravos, aquela mentalidade que leva os povos coloniais a se identificar somente em um contexto "oriental". Uma vez criadas as condições de uma nova hegemonia, será possível criar uma classe social independente do contexto internacional, ao contrário do que são os funcionários das ocupações coloniais. Este é um ponto importante na teoria dos intelectuais de Gramsci. Se nas sociedades coloniais tivesse permanecido no poder o *status* parasitário de funcionários a soldo dos ocupantes ocidentais, vãs teriam sido as tentativas de libertação. Pelo contrário, voltar-se-ia à crença "religiosa" de que uma certa ordem do mundo, aquela da divisão do mundo entre imperialismos europeus, seja natural e eterna.

A visão do centauro reúne o particular com o universal, o local com o global. Cada indivíduo que luta contra a hegemonia colonial dos grandes Estados capitalistas compreende o objetivo estratégico final: a mudança das relações de força no interior de um novo período histórico e de uma nova ordem no jogo combinatório das "divisões territoriais" no interior de cada hegemonia histórica. É a idéia do "intelectual coletivo" que raciocina sobre estratégia e política. O centauro tem sempre uma visão global. Leia-se Q 242:

Função do Atlântico na civilização e na economia moderna. Esse eixo se deslocará para o Pacífico? As massas maiores de população do mundo estão no Pacífico: se a China e a Índia se tornassem nações modernas, com grandes massas de produção

industrial, o destaque delas da dependência européia quebraria de fato o equilíbrio atual: transformação do continente americano, deslocamento da margem atlântica à margem do Pacífico do eixo da vida americana, etc.

Quem raciocina em termos de hegemonia histórica se coloca interrogações contra-fatuais: se a Índia, a China ou o Japão se tornasse Estados modernos com capitalismo avançado, o eixo hegemônico mundial se deslocaria para o Pacífico? Pensando às ordens hegemônicas do pós-guerra fria, tudo isto não está longe da realidade.

*(Tradução do original italiano de
Marcos Del Roio e Paula Monteleone)*